



24
136/21
8

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como objeto a **Inexigibilidade**, para a contratação de empresa especializada na prestação de curso sobre Controle Interno na Administração Pública – Formação de Agentes de Controle Interno – Estruturação da Controladoria Geral do Município de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei Nº 14.133/2021).

2. OBJETIVO/FINALIDADE

2.1 Selecionar a melhor proposta para Inexigibilidade, para a contratação de empresa especializada na prestação de curso sobre Controle Interno na Administração Pública de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei Nº 14.133/2021).

3. JUSTIFICATIVA

3.1 O município de Pindaré Mirim – MA, traz ao ente público a necessidade de agilidade na busca de soluções para o atendimento ao usuário dos serviços da Administração e além do mais prestar um serviço de qualidade que atenda aos fins desejados; a contratação dos mesmos, destina-se a atender as necessidades da demanda do município, objetivando oferecer serviços públicos de melhor qualidade, com a agilidade necessária, em condições favoráveis, ao conforto e ao bem estar dos munícipes usuários dos serviços de públicos, solicitamos análise quanto a possibilidade de efetuar o competente procedimento licitatório na modalidade Inexigibilidade.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

4.1 Inexigibilidade.

5. DAS DESCRIÇÕES, DAS QUANTIDADES E DOS VALORES ESTIMADOS

Item	Descrição	Dias	Horas/aulas	Unitário	Quant. de Pessoas	Total
01	Curso sobre Controle Interno na Administração Pública de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei Nº 14.133/2021).	22 e 23/2021	16 horas/aulas	R\$ 1.500,00	04 (quatro)	R\$ 6.000,00

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS GLOBAL

O valor global estimado para a presente Inexigibilidade é de: **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**

Quantitativo estimado para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração.

6.1. O pagamento será efetuado em favor da Contratada através de transferência eletrônica em até 30 (trinta) dias após a entrega do documento de cobrança a respectiva Secretaria da Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim - MA e o atesto da nota fiscal pelo Executor do contrato.

6.2. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

6.3. Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar a Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim – MA sobre qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

6.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

6.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

6.6. Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

6.7. Não caberá pagamento de atualização financeira à Contratada caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINDARÉ-MIRIM - MA



15
659/21
8

6.8. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Prestar o curso conforme rege as cláusulas do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o previsto neste instrumento;
- b) Na existência de erros na documentação fiscal apresentada, a Contratante devolverá a fatura à Contratada dentro do prazo máximo de dois (2) dias úteis, passando o prazo para pagamento a ser contado a partir de sua reapresentação.
- c) Comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços.
- d) Proporcionar os meios necessários para que a Contratada possa desempenhar com presteza o fornecimento dos produtos contratados dentro das normas acordadas.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato decorrente deste Termo, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) advertência.
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado do Contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão, determinada por ato unilateral e escrito da Contratante.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

9.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b".

10. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada da Nota de Empenho, diretamente na conta bancária indicada pela Contratada.

10.2 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou inadimplência contratual, inclusive.

10.3 A Secretaria Municipal de Administração de Pindaré Mirim - MA, reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação, o objeto entregue que não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

10.4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

02.03 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
04.124.0301.2271.0000 – MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

11. EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

11.1. Local do curso: Orienta Consultoria, Rua das Laranjeiras, Jardim Renascença – São Luís, Ma

11.2. Horário: 08:00h às 17:00hs

11.3. Dias do curso: 22 e 23 de novembro de 2021

11.4 O curso deverá ser realizado no prazo combinado, a contar da data de cada solicitação da Contratante, através do Setor de Compra da Secretaria Municipal de Administração, a qual será efetuada via telefone ou e-mail.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato terá vigência de 22/11 à 23/11/2021.

13. DA PUBLICAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINDARÉ-MIRIM - MA



16
089/21

13.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.


14. DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n.º 10.520/2002; Decreto Lei n.º 7.892/2013; Decreto Lei n.º 3.555/2000, Lei n.º 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

14.2. Fica eleito o Foro da cidade de Pindaré Mirim - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do contrato decorrente do presente instrumento.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.

Pindaré-Mirim/MA, 03 de novembro de /2021.



José Francisco Santos Sousa
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 013/2021 - GP